



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociação

TERMO DE TRANSAÇÃO INDIVIDUAL

UNIÃO - FAZENDA NACIONAL, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ n.º 00.394.460/0117-71, com sede na Alameda Santos, n.º 610, Jardim Paulista, São Paulo/SP, neste ato representada pelos Procuradores da Fazenda subscritores, habilitados nos termos do art. 131 da Constituição Federal e da Lei Complementar n.º 73/1993, doravante denominada “Fazenda Nacional”; e

EXIMPORT INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 60.912.854/0001-76, com endereço na Rua Gen. Roberto Alves de Carvalho Filho no 59, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, neste ato representada por seus representantes legais abaixo assinados, doravante denominada “Requerente”.

HAROLDO CORTOPASSI, brasileiro, casado, empresário, devidamente inscrito no CPF/MF



de São Paulo, doravante denominado “Fiador”.

Cada uma das partes também denominada, individualmente, “Parte” e, conjuntamente, “Partes”, têm justo e acertado o disposto a seguir.

As Partes firmam o presente Termo de Transação Individual (“Transação”), com fundamento no art. 171 da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional, CTN), na Lei nº 13.988/2020 e na Portaria PGFN nº 6.757/2022.

1. DO OBJETO DA TRANSAÇÃO E DO PASSIVO FISCAL

1.1. A presente transação tem por objeto a regularização da situação fiscal da Requerente perante a Procuradoria da Fazenda Nacional, consistente em:

1.1.1. Plano de amortização da totalidade dos débitos em aberto do contribuinte inscritos em Dívida Ativa da União (DAU);



1.1.2. Encerramento de litígios administrativos e judiciais;

1.1.3. Oferecimento e aceitação de garantias;

1.2. O passivo fiscal transacionado do Requerente é composto pelos débitos e respectivos processos administrativos não regularizados indicados no Anexo I.

1.3. Enquanto vigente a Transação, a Dívida consolidada e transacionada ficará com a exigibilidade suspensa em virtude do parcelamento, nos termos do art. 151, VI, do CTN e conforme previsão do art. 3º, §2º da Lei 13.988/2020.

2. DO PLANO DE PAGAMENTO DA DÍVIDA TRANSACIONADA

2.1. Considerando: a) a situação econômica do Requerente; b) a necessidade de viabilizar a superação da sua situação transitória de crise; c) os valores envolvidos, a situação das dívidas e o *rating* D do contribuinte, serão concedidas as seguintes condições para adimplemento da Dívida Transacionada:

2.1.1. Na modalidade DEMAIS, desconto máximo de até 65% (sessenta por cento) a cada uma das CDAs, individualmente, vedada a redução do montante principal, sendo o desconto aplicado de forma proporcional sobre os acréscimos legais (multa, juros e encargos);

2.1.2. Parcelamento do saldo devido na modalidade DEMAIS em até 60 prestações mensais e sucessivas, todas com vencimento no último dia útil de cada mês, iniciando-se no mês de assinatura deste Termo;

2.1.3. Na modalidade PREV, desconto máximo de até 65% a cada uma das CDAs, individualmente, vedada a redução do montante principal, sendo o desconto aplicado de forma proporcional sobre os acréscimos legais (multa, juros e encargos);

2.1.4. Parcelamento do saldo devido na modalidade PREV em até 60 prestações mensais e sucessivas, todas com vencimento no último dia útil de cada mês, iniciando-se no mês de assinatura deste Termo;

2.1.5. Utilização de crédito, a título de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa da CSLL, para amortização do saldo devedor após a aplicação dos descontos em até 70% para a modalidade DEMAIS DÉBITOS e para a modalidade PREV;



2.1.6. A cobrança do saldo liquidado com uso de créditos decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL ficará suspensa até a confirmação dos créditos utilizados pela autoridade competente, dentro do prazo legal de cinco anos da sua utilização.

2.1.7. O valor de cada amortização mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial e atualizada do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da assinatura do presente Acordo até o mês anterior ao do pagamento e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

2.2. Eventuais créditos que a Requerente venha a dispor, por precatório, levantamento de depósito judicial ou qualquer outro meio, perante a União, deverão ser direcionados para adimplemento dos saldos devedores da Transação. Estes mesmos créditos, quando obtidos perante outros entes federados, poderão ser direcionados para adimplemento dos saldos devedores da Transação.

2.3. Eventuais depósitos judiciais vinculados às inscrições a serem transacionadas serão convertidos em renda da União e apropriados às inscrições a que se vinculam, sem a incidência de descontos.

2.4. A formalização da Transação importa em confissão irrevogável e irretratável dos débitos objeto do negócio, nos termos do art. 174, §único, IV, do Código Tributário Nacional (CTN), servindo para suspender e interromper o prazo prescricional em relação a todos os débitos objeto do Acordo, a cada pagamento efetuado, ainda que a guia de arrecadação seja parcial.

2.5. A Dívida Transacionada somente será extinta quando integralmente cumpridos os requisitos previstos no momento da celebração desta Transação.

3. DAS GARANTIAS

3.1. A formalização do presente acordo implica na manutenção automática dos gravames decorrentes de arrolamento de bens, de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas administrativamente ou nas ações de execução fiscal ou em qualquer outra ação judicial.

3.2. Adicionalmente, a Requerente e o sócio Haroldo Cortopassi oferecem, em garantia ao valor previsto nos itens 2.1.5 e 2.1.6, a fiança pessoal constante do Anexo II deste Termo.



4. DOS LITÍGIOS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS

4.1. O Requerente reconhece e confessa, de forma irrevogável e irretratável, a Dívida Transacionada, bem como sua responsabilidade pelo pagamento dela, confessando essa renovada a cada pagamento periódico, abstendo-se de discuti-las em ação judicial presente ou futura.

4.2. Expressa e irrevogavelmente, o Requerente desiste das impugnações, PRDIs ou dos recursos interpostos, e das ações judiciais que tenham por objeto a Dívida Transacionada e, cumulativamente, renuncia a quaisquer alegações de direito, atuais ou futuras, sobre as quais se fundam a discussão judicial, incluídas as coletivas, ou recursos que tenham por objeto a Dívida Transacionada, o que deverá ser feito por meio de requerimento de extinção do respectivo expediente e/ou processo com resolução de mérito, nos termos da alínea "c" do inciso III do caput do art. 487 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil.

4.3. A desistência e a renúncia de que trata a cláusula anterior não exime a Requerente do pagamento dos honorários advocatícios e custas processuais devidos.

4.4. Em até 60 (sessenta) dias após a assinatura deste termo, o Requerente deverá peticionar nos processos judiciais relativos à Dívida Transacionada, para noticiar ao juízo a celebração desta Transação, desistir da impugnação, recurso ou ação e renunciar aos direitos sobre os quais se fundam, confessando a dívida de forma irrevogável e irretratável.

4.5. Durante o período de vigência desta Transação, a Fazenda Nacional não se oporá à suspensão das execuções fiscais e não serão adotadas outras medidas executivas, além das previstas no presente instrumento.

4.6. Os depósitos judiciais eventualmente vinculados aos débitos e ações judiciais objeto do presente Acordo serão imediatamente transformados em pagamento definitivo ou convertidos em renda da União, com a devida imputação dos respectivos valores nas CDAs, sem a incidência de descontos.



5. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. A Fazenda Nacional obriga-se a:

- 5.1.1.** Presumir a boa-fé do Requerente em relação às declarações prestadas no momento da formalização da transação;
- 5.1.2.** Notificar o Requerente sempre que verificada hipótese de rescisão da transação, com concessão de prazo para regularização do vício;
- 5.1.3.** Tornar públicas todas as negociações firmadas com o Requerente, bem como as respectivas obrigações, exigências e concessões, ressalvadas as informações protegidas por sigilo;
- 5.1.4.** Prestar ao Requerente os esclarecimentos que se fizerem necessários no curso da transação.

5.2. O Requerente aceita as condições da transação e assume as seguintes obrigações:

- 5.2.1.** Declarar, sob as penas da lei, que preenchem os requisitos da Lei 13.988/2020 para gozo dos benefícios específicos da presente modalidade de transação;
- 5.2.2.** Fornecer, sempre que solicitado, informações sobre bens, direitos, valores, transações, operações e demais atos que permitam à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional conhecer sua situação econômica ou eventuais fatos que impliquem a rescisão do acordo;
- 5.2.3.** Não utilizar a Transação de forma abusiva ou com a finalidade de limitar, falsear ou prejudicar de qualquer forma a livre concorrência ou a livre iniciativa econômica;
- 5.2.4.** Declarar que não utiliza pessoa natural ou jurídica interposta para ocultar ou dissimular a origem ou a destinação de bens, de direitos e de valores, seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários de seus atos, em prejuízo da Fazenda Pública Federal;
- 5.2.5.** Declarar que não alienou ou onerou bens ou direitos com o propósito de frustrar a recuperação dos créditos inscritos;
- 5.2.6.** Declarar que as informações cadastrais, patrimoniais e econômico-fiscais prestadas à administração tributária são verdadeiras e que não foram omitidas informações quanto à propriedade de bens, direitos e valores;
- 5.2.7.** Autorizar o acesso da Fazenda Nacional às suas declarações e escritas fiscais;



- 5.2.8.** Manter regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;
- 5.2.9.** Não distribuir dividendos aos acionistas acima do mínimo legal;
- 5.2.10.** Regularizar, no prazo de 90 (noventa) dias, os débitos que vierem a ser inscritos em Dívida Ativa ou que se tornarem exigíveis após a formalização da Transação;
- 5.2.11.** Regularizar, no prazo de 30 (trinta) dias, o saldo decorrente da reconsolidação da (s) conta (s) de transação individual, decorrente da inserção na transação dos débitos que até a data da assinatura do termo de transação estiverem na situação “EM COBRANÇA” no âmbito da RFB;
- 5.2.12.** Não alienar, no curso da Transação, bens ou direitos próprios que possam inviabilizar ou reduzir significativamente a capacidade de pagamento dos compromissos assumidos neste termo, sem proceder à devida comunicação à Fazenda Nacional, bem como demonstrar a ausência de prejuízo ao cumprimento das obrigações contraídas com a celebração da transação em caso de alienação ou de oneração de bens ou direitos integrantes do respectivo ativo não circulante;
- 5.2.13.** Manter-se regular e em dia com as Transações e Parcelamentos em curso, quitando mensalmente as parcelas devidas;
- 5.2.14.** Manter, durante 5 anos, os livros e os documentos exigidos pelas normas fiscais, inclusive comprobatórios dos montantes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL, promovendo, nesse caso, a baixa dos valores nos respectivos livros fiscais;
- 5.2.15.** Declarar a inexistência de outros créditos líquidos e certos em desfavor da União, reconhecidos em decisão judicial transitada em julgado, ou precatórios federais expedidos em favor do contribuinte;
- 5.2.16.** Manter-se optante pela tributação pelo regime do lucro real durante toda a vigência do acordo, tendo em vista a utilização de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro líquido na presente transação.

6. HIPÓTESES DE RESCISÃO

6.1. Implicará rescisão da Transação:

- 6.1.1.** A permanência de 3 (três) parcelas não quitadas integralmente, consecutivas ou não;



- 6.1.2.** A constatação, pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, de qualquer ato tendente ao esvaziamento patrimonial do sujeito passivo como forma de fraudar o cumprimento da transação, ainda que realizado anteriormente a sua celebração;
- 6.1.3.** A decretação de falência ou de extinção, pela liquidação, da Requerente;
- 6.1.4.** A concessão de medida cautelar fiscal, nos termos da Lei nº 8.397/1992;
- 6.1.5.** A declaração de inaptidão da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), nos termos dos arts. 80 e 81 da Lei nº 9.430/1996;
- 6.1.6.** O descumprimento das obrigações formais e materiais para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- 6.1.7.** O não peticionamento nos prazos previstos, pela Requerente, nos processos administrativos e judiciais relativos à Dívida Transacionada, para: a) noticiar aos juízos a celebração do acordo de transação individual; b) confessar de forma irrevogável e irretratável os débitos; c) solicitar a transformação em pagamento definitivo dos valores bloqueados e/ou depositados nas ações judiciais objeto do presente acordo;
- 6.1.8.** O descumprimento ou cumprimento irregular de qualquer cláusula ou condição deste termo de transação, não sanado no prazo de 30 (trinta) dias da notificação;
- 6.1.9.** A constatação, pela Fazenda Nacional, de que foram inverídicas as declarações formalizadas na Transação ou prestadas no curso das negociações, inclusive com relação aos documentos contábeis e fiscais;
- 6.1.10.** A constatação, pela Fazenda Nacional, de qualquer ato tendente ao esvaziamento patrimonial da Requerente como forma de fraudar o cumprimento da Transação;
- 6.1.11.** A comprovação de que o Requerente se utiliza de pessoa natural ou jurídica interposta para ocultar ou dissimular a origem ou a destinação de bens, de direitos e de valores, seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários de seus atos, em prejuízo da Fazenda Nacional;
- 6.1.12.** A comprovação de que o Requerente incorreu em fraude à execução, nos termos do art. 185 do CTN, e não reservou bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida inscrita;



6.1.13. A não confirmação do Prejuízo Fiscal e/ou da Base de Cálculo Negativa pela autoridade competente, nos termos do art. 39 da Portaria PGFN nº 6.757/22, sem o correspondente recolhimento, via DARF, em até 30 dias, da diferença apontada.

6.2. A rescisão da transação implicará:

6.2.1. A exigibilidade imediata da totalidade dos débitos confessados e ainda não pagos, com o prosseguimento das execuções fiscais relacionadas aos créditos cuja exigibilidade estava suspensa, inclusive com a possibilidade de prática de atos de constrição e de alienação pelos juízos que as processam, deduzidos os valores pagos, exceto se decretada a falência do Requerente;

6.2.2. A execução automática das garantias;

6.2.3. A revogação de Certidão de Regularidade Fiscal emitida durante o curso do Acordo;

6.2.4. A formalização de Representação Fiscal para fins penais nas hipóteses legalmente previstas;

6.3. Rescindida a Transação, é vedada, pelo prazo de 2 (dois) anos contados da data da rescisão, a formalização de nova transação, em qualquer modalidade, ainda que relativa a débitos distintos, nos termos do art. 77, III, da Portaria PGFN nº 6.757/2022.

6.4. O Requerente será notificado sobre a incidência de alguma das hipóteses de rescisão da Transação, por meio eletrônico, através do portal REGULARIZE ou de endereço eletrônico lá cadastrado.

6.5. O Requerente poderá, no prazo de 30 (trinta) dias, regularizar o vício ou apresentar impugnação, preservada a Transação em todos os seus termos durante esse período.

6.5.1. A impugnação deverá ser apresentada pela plataforma REGULARIZE e deverá trazer todos os elementos que infirmem as hipóteses de rescisão, sendo possível a juntada de documentos;

6.5.2. Apresentada a impugnação, todas as comunicações ulteriores serão realizadas por meio da plataforma REGULARIZE, cabendo à Requerente acompanhar a respectiva tramitação;



6.5.3. A impugnação será apreciada pelo Procurador da Fazenda Nacional da unidade da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional onde o acordo foi proposto, observadas as regras internas de distribuição de atividades;

6.5.4. O Requerente será notificado da decisão por meio da plataforma REGULARIZE, sendo-lhe facultado interpor recurso administrativo no prazo de 10 (dez) dias, com efeito suspensivo;

6.5.5. O recurso administrativo deverá ser apresentado através da plataforma REGULARIZE e expor, de forma clara e objetiva, os fundamentos do pedido de reexame, atendendo aos requisitos previstos na legislação processual civil;

6.5.6. Caso não haja reconsideração pela autoridade responsável pela decisão recorrida, o recurso será encaminhado à autoridade superior;

6.5.7. A autoridade competente para o julgamento do recurso será o Procurador-Chefe da Dívida na 3ª Região;

6.5.8. Importará renúncia à instância recursal e o não conhecimento do recurso eventualmente interposto, a propositura, pela Requerente, de qualquer ação judicial cujo objeto coincida total ou parcialmente com a irrisignação.

6.6. Enquanto não definitivamente julgada a impugnação à rescisão da Transação, o Requerente deverá cumprir todas as exigências do acordo.

6.7. Julgado procedente o recurso, tornar-se-á sem efeito a circunstância determinante da rescisão da Transação.

6.8. Julgado improcedente o recurso, a Transação será definitivamente rescindida.

7. DA CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL

7.1. A dívida inscrita transacionada não constituirá impedimento à emissão de certidão negativa ou de certidão positiva com efeitos de negativa em favor do Proponente, desde que considerados cumpridos os requisitos previstos nos artigos 205 e 206 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), enquanto vigente o acordo e o pagamento das parcelas estiver regular.



7.2. Nos termos do art. 156, III, do CTN, os débitos objeto da transação individual somente serão extintos quando integralmente cumpridos os requisitos previstos no momento da celebração do acordo, inclusive a confirmação do Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa pela autoridade competente.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. A celebração do presente acordo de transação não dispensa o recolhimento das obrigações tributárias correntes devidas pelo Requerente, nem mesmo o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal.

8.2. A celebração desta transação não impede a regular incidência de juros, pelo índice legal vigente para a atualização dos créditos tributários da União, e demais acréscimos legais sobre os débitos transacionados.

8.3. A Transação foi autorizada na forma prevista nos artigos 60 a 61 da Portaria PGFN nº 6.757/2022 (SEI nº 19839.000984/2024-80) e começa a produzir efeitos na data de sua assinatura pelas Partes.

8.4. Fica eleito o foro da Seção Judiciária de São Paulo para dirimir questões relativas ao presente termo de Transação.

8.5. Os casos omissos observarão o disposto na Portaria PGFN nº 6.757/2022.

9. DOS ANEXOS

9.1. São parte integrante da Transação os seguintes Anexos:

Anexo I: Relação das Certidões de Dívida Ativa incluídas na Transação;

Anexo II: Termo de Garantia Fidejussória;

São Paulo, 22 de março de 2024.



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociação

HAROLDO

Assinado de forma digital por

HAROLDO

Assinado de forma digital por

**EXIMPORT INDUSTRIA E COMERCIO
LIMITADA**
CNPJ Nº 60.912.854/0001-76

HAROLDO CORTOPASSI
CPF/MF SOB Nº
SÓCIO-FIADOR

ANA PAULA BEZ

Assinado de forma
digital por ANA PAULA

GABRIEL AUGUSTO
LUIS TEIXEIRA

Assinado de forma digital por

ANA PAULA BEZ BATTI
Procuradora da Fazenda Nacional

GABRIEL AUGUSTO LUIS TEIXEIRA
GONÇALVES
Procurador-Chefe da Dívida Ativa na 3ª
Região



DARLON COSTA DUARTE
Coordenador-Geral de Estratégias de
Recuperação de Créditos



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociação

ANEXO I - CDAS INCLUÍDAS NA TRANSAÇÃO

CPF/CNPJ do Devedor Agregado: 60.912.854

Nome do Devedor Agregado: EXIMPORT INDUSTRIA E COMERCIO LIMITADA

	Número Processo Judicial	Sistema de Origem da Dívida	Número de Inscrição
1.	50252637020214036182	Dívida PREV	171088280
2.	50252637020214036182	Dívida PREV	178713805
3.	Não informado	Dívida PREV	182481662
4.	Não informado	Dívida PREV	195564383
5.	Não informado	Dívida PREV	322987253
6.	423603820024036182	Dívida PREV	353316881
7.	Não informado	Dívida PREV	353316890
8.	695338020154036182	Dívida PREV	355670810
9.	50252637020214036182	Dívida PREV	355670828
10.	Não informado	Dívida PREV	361161263
11.	Não informado	Dívida PREV	361161271
12.	Não informado	Dívida PREV	361161298
13.	Não informado	Dívida PREV	362355630
14.	Não informado	Dívida PREV	362355649
15.	Não informado	Dívida PREV	364508531
16.	Não informado	Dívida PREV	364508540
17.	Não informado	Dívida PREV	366258010
18.	Não informado	Dívida PREV	366258028
19.	Não informado	Dívida PREV	366440888
20.	Não informado	Dívida PREV	366534432
21.	Não informado	Dívida PREV	367211114
22.	Não informado	Dívida PREV	367211122
23.	242758620114036182	Dívida PREV	370267060
24.	319081720124036182	Dívida PREV	371756162
25.	315054820124036182	Dívida PREV	371756197
26.	318995520124036182	Dívida PREV	371756251



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociação

27.	315054820124036182	Dívida PREV	372108199
28.	315054820124036182	Dívida PREV	372108202
29.	Não informado	Dívida PREV	393488195
30.	Não informado	Dívida PREV	394567099
31.	Não informado	Dívida PREV	394567102
32.	186945620124036182	Dívida PREV	394858972
33.	Não informado	Dívida PREV	394858980
34.	Não informado	Dívida PREV	395721555
35.	Não informado	Dívida PREV	395721563
36.	395019720124036182	Dívida PREV	401816826
37.	Não informado	Dívida PREV	401816834
38.	471519320154036182	Dívida PREV	492086540
39.	471519320154036182	Dívida PREV	492086559
40.	Não informado	Dívida PREV	557936918
41.	Não informado	Dívida PREV	558027423
42.	200361820726396	SIDA	80 2 03 018125-68
43.	293666520084036182	SIDA	80 2 08 005326-09
44.	329890620094036182	SIDA	80 2 09 007174-06
45.	329890620094036182	SIDA	80 2 09 007175-97
46.	742030620114036182	SIDA	80 2 11 051759-58
47.	340465420124036182	SIDA	80 2 11 052684-50
48.	340465420124036182	SIDA	80 2 11 068414-98
49.	86321520164036182	SIDA	80 2 15 040366-33
50.	50027097320234036182	SIDA	80 2 19 075228-62
51.	50027097320234036182	SIDA	80 2 20 051891-49
52.	260828320074036182	SIDA	80 3 06 003767-40
53.	293666520084036182	SIDA	80 3 08 000664-27
54.	329890620094036182	SIDA	80 3 09 000687-40
55.	86321520164036182	Dívida PREV	80 4 15 009479-97
56.	50027097320234036182	Dívida PREV	80 4 20 048638-51
57.	50027097320234036182	Dívida PREV	80 4 20 102926-31
58.	50356463920234036182	Dívida PREV	80 4 21 255464-07
59.	50356463920234036182	Dívida PREV	80 4 21 468347-11



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociação

60.	Não informado	Dívida PREV	80 4 22 708722-80
61.	50356463920234036182	Dívida PREV	80 4 22 708723-60
62.	50356463920234036182	Dívida PREV	80 4 22 708724-41
63.	50356463920234036182	Dívida PREV	80 4 22 708725-22
64.	50356463920234036182	Dívida PREV	80 4 22 708726-03
65.	Não informado	Dívida PREV	80 4 23 527015-00
66.	Não informado	Dívida PREV	80 4 23 527016-83
67.	Não informado	Dívida PREV	80 4 23 527017-64
68.	Não informado	Dívida PREV	80 4 23 527018-45
69.	Não informado	Dívida PREV	80 4 23 527019-26
70.	29958220115020013	SIDA	80 5 11 009577-63
71.	29958220115020013	SIDA	80 5 11 010713-86
72.	29958220115020013	SIDA	80 5 11 010725-10
73.	29958220115020013	SIDA	80 5 11 010767-79
74.	200361820727303	SIDA	80 6 03 054155-70
75.	260828320074036182	SIDA	80 6 06 152452-23
76.	293666520084036182	SIDA	80 6 08 014716-02
77.	200961820436694	SIDA	80 6 08 067976-54
78.	329890620094036182	SIDA	80 6 09 013030-86
79.	329890620094036182	SIDA	80 6 09 013031-67
80.	742030620114036182	SIDA	80 6 11 093019-30
81.	340465420124036182	SIDA	80 6 11 125069-20
82.	340465420124036182	SIDA	80 6 11 125070-64
83.	340465420124036182	SIDA	80 6 11 125071-45
84.	86847920144036182	SIDA	80 6 13 081285-46
85.	382377420144036182	SIDA	80 6 14 010263-91
86.	86321520164036182	SIDA	80 6 15 127536-07
87.	50121897520234036182	SIDA	80 6 19 126967-08
88.	50027097320234036182	SIDA	80 6 19 126973-56
89.	50121897520234036182	SIDA	80 6 20 112190-53
90.	50121897520234036182	SIDA	80 6 20 201826-12
91.	50356463920234036182	SIDA	80 6 22 147472-24
92.	199961820103491	SIDA	80 6 98 026622-00



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Equipe Regional de Negociação

93.	260828320074036182	SIDA	80 7 06 037145-30
94.	293666520084036182	SIDA	80 7 08 003734-69
95.	329890620094036182	SIDA	80 7 09 003919-81
96.	742030620114036182	SIDA	80 7 11 019919-51
97.	340465420124036182	SIDA	80 7 11 029660-39
98.	86847920144036182	SIDA	80 7 13 027984-40
99.	382377420144036182	SIDA	80 7 14 001437-15
100.	86321520164036182	SIDA	80 7 15 034640-77
101.	50121897520234036182	SIDA	80 7 19 042374-70
102.	50121897520234036182	SIDA	80 7 20 025759-31
103.	50121897520234036182	SIDA	80 7 20 045906-44



ANEXO II

TERMO DE GARANTIA FIDEJUSSÓRIA

Haroldo Cortopassi , brasileiro, casado, empresário, devidamente inscrito no CPF/MF nº:

[REDACTED]

deste instrumento constituir-se como garantidor da Transação Individual firmada no bojo do Requerimento SICAR nº 2383842023 e Processo SEI nº 19839.000984/2024-80 por EXIMPORT INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 60.912.854/0001-76, com endereço na Rua Gen. Roberto Alves de Carvalho Filho no 59, São Paulo Capital, na condição de sócio administrador da empresa indicada, livre de qualquer tipo de vício relatado no Código Civil, e de acordo com o artigo 828, I do mesmo dispositivo, RENUNCIAR O BENEFÍCIO DE ORDEM, e apresentar este instrumento formal para autorizar e dar efeito às condições impostas, em caso de descumprimento de acordo firmado junto a PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL - PGFN, no montante atual de R\$ 4.485.946,16 nos termos e condições estipuladas no referido Termo de Transação Individual, declara que as informações supracitadas bem como as condições estipuladas são da mais alta classe de honra e verdade, estando sujeita as penalidades impostas pelo ordenamento jurídico. Nada mais.

São Paulo, 22 de março de 2024.

HAROLDO

Assinado de forma digital por

HAROLDO CORTOPASSI

SÓCIO-FIADOR